

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDDCA

COMISSÃO PARA APURAÇÃO DAS DIVERSAS DENÚNCIAS FORMULADAS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

A COMISSÃO PARA APURAÇÃO DAS DENÚNCIAS, instaurada com base ainda na Resolução nº 16/2017 publicada no Diário Oficial do Município de Jaboatão dos Guararapes em 20 de dezembro de 2017, e modificações feitas pela errata publicada em 26 de dezembro de 2017, bem como nas deliberações pactuadas na Reunião Extraordinária realizada no dia 27 de Novembro de 2017, que determinou a reabertura da comissão criada pela Resolução nº 13/2016, ato este designado através da Resolução nº 07/2017, publicada no Diário Oficial do Município em 01/07/2017, com modificações feitas mediante errata publicada em 04/07/2017, com o fim de apurar DENÚNCIA contra o Conselheiro Tutelar **JACKSON MARTINS DE ABREU**, CPF: 846.600.824-15, em relação aos fatos abaixo narrados, levados a efeito pelo denunciante SAMUEL JOSÉ TAVARES DE OLIVEIRA, vem apresentar a **DECISÃO** com base nos argumentos trazidos na denúncia e na defesa apresentada pelo denunciado, em atenção ao contraditório e ampla defesa que devem nortear o presente processo administrativo, conforme motivos a seguir aduzidos.

1. DO RELATÓRIO

O presente procedimento administrativo foi instaurado com base no Resolução nº 16/2017, publicada no Diário Oficial do Município de Jaboatão dos Guararapes em 20 de dezembro de 2017, e modificações feitas pela errata publicada em 26 de dezembro de 2017.

A notificação por meio do Ofício Circular nº 001/2018 – CMDDCA, contendo a denúncia feita em face do Sr. JACKSON MARTINS DE ABREU, ocorreu no dia 12/01/2018, tendo sido apresentada defesa tempestiva.

A denúncia narrou, em suma, que o denunciado apresentou falsa declaração de Instituição com o fim de comprovar a experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, exigência esta insculpida na resolução nº 170/2014, CONANDA.

Em sua defesa, o denunciado argumenta, em suma:

- a) Preclusão temporal e reconhecimento da incompetência do CMDDCA como órgão julgador para a denúncia em virtude de preclusão ocorrida em consequência da posse da defendente e do peculiar vínculo com a Administração Pública municipal;
- b) nulidade da prova produzida em visita à instituição;
- c) veracidade da declaração;

É o relatório. Passamos a analisar.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

I – DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDDCA

Ponto exhaustivamente debatido no presente caso foi sobre qual o órgão competente para a instauração e prosseguimento do presente processo administrativo, com aplicação da consequente penalidade, se cabível, tendo em vista que os fatos narrados na denúncia ocorreram durante o processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar, momento anterior à posse destes, portanto.

Tal celeuma foi submetida à Procuradoria-Geral do Município de Jaboatão dos Guararapes, que se manifestou através do Ofício nº 342/2017 - Procuradoria-Geral, no qual a PGM comunica ao MPPE o entendimento pela competência do CMDDDCA. *In Verbis*:

Após análise dos documentos, **a Procuradoria Geral entende que a competência para aplicar sanção de destituição do mandato de Conselheiro Tutelar é do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDDDCA, por expressa disposição do item 7.4. da Resolução Municipal nº 30/2015 c/c art. 11 e seguintes da Resolução nº 170 do CONANDA.**

Observe-se que não se trata de supostas infrações cometidas em razão da função de Conselheiro, mas de irregularidade em razão de condição exigida no processo de habilitação, como pré-candidato.

Da análise dos documentos, não afiguramos possível o imediato afastamento, haja vista que o processo investigatório foi concluído, e, como alhures dito a apuração da irregularidade se pautou sobre fato exclusivamente atinente a documento previsto como pré-requisito de habilitação do candidato, não abarcando qualquer infração disciplinar em razão da função.

Ocorre que, malgrado tenha havido a apuração das alegadas irregularidades, a Comissão especial não executou suas conclusões. Equivocadamente entendeu o CMDDDCA que os Conselheiros já estavam empossados e remeteu os documentos para a Controladoria Geral do Município.

Embora as Comissões permanentes de Inquéritos Administrativo estejam ligadas à Controladoria Geral, nos termos da LC nº 021/2015, trata-se de fato já apurado e ocorrido antes mesmo da posse dos Conselheiros, razão pela qual não é aplicado o art. 31 da Lei Municipal nº 1.179/2014, o qual dispõe sobre as penalidades aplicadas aos Conselheiros, quando do seu efetivo exercício.

Os requisitos essenciais para ser candidato devem ser comprovados no momento da habilitação do interessado à vaga de Conselheiro Tutelar. As impugnações em desfavor dos candidatos foram interpostas fora do prazo regular do §2º do art. 11 da Resolução nº 170 do CONANDA. O CMDDCA apenas recebeu ditas impugnações quando os candidatos já estavam eleitos e empossados.

In casu, a Resolução nº 30/2015 do CMDDCA prevê a possibilidade de apreciação dos documentos de habilitação a qualquer tempo. A competência do CMDDCA seria em razão da matéria, qual seja, nulidade de inscrição de candidato em razão de não comprovação das condições inseridas como pré-requisito para habilitação. Como boa parte dos requisitos exigem a comprovação por simples declarações, dificulta-se a averiguação, em especial durante o processo eleitoral e do enorme número de inscrições. Diante dessa dificuldade e do exíguo prazo para apresentação de impugnações (5 dias), houve por bem a Resolução nº 170 do CONANDA em inserir o §6º, no art. 11.

Dessa forma, resguarda-se a competência do CMDDCA para analisar e decidir acerca de questionamentos em razão do processo de escolha.

O CMDDCA deve, respeitando seu Regimento Interno, após sua formação, cumprir com a competência reservada para aplicar sanções, de acordo com as conclusões da Comissão especial.

Por fim, são relatadas as diversas ações judiciais que envolveram o processo seletivo, inclusive pedido de indenização em desfavor do

Município de Jaboaão dos Guararapes, por força da suspensão da eleição.

O entendimento acima exposto teve como base o parecer veiculado na **NOTA INTERNA Nº 59/2017**, segundo o qual:

“Ilma. Sra. Procuradora Geral,

Em relação à vossa solicitação contida no verso do Ofício nº 002/2017 – CGM, viemos encaminhar opinativo sobre os questionamentos feitos pela atual titular da pasta da Secretaria Executiva de Assistência Social, por meio do Ofício nº 010/2017 – SEAS, de forma a subsidiar resposta ao Ministério Público Estadual, acerca de dúvidas quanto a eleição dos Conselhos Tutelares e ulterior posse, eis que quatro dos titulares foram considerados inaptos para a função pelo órgão competente, de acordo com os Pareceres nº (s) 09/2016, 11/2016, 13/2016 e 16/2016, todos de lavra de Comissão Especial formada a partir de membros do CMDDCA-JG para apurar as diversas denúncias relacionadas ao processo de escolha dos membros titulares e suplentes dos 07 (sete) Conselhos Tutelares de Jaboaão dos Guararapes.

Após análise de cerca de 19 (dezenove) requerimentos, considerou-se como procedente as denúncias, após regular processo administrativo, com abertura de contraditório, veiculadas em quatro requerimentos, concluindo pela inaptidão dos seguintes candidatos à função de conselheiro, membros estes já empossados à época dos requerimentos, como Conselheiros na Regionais correspondentes: Sr. Erick Nascimento de Castro; Sra. Maria dos Prazeres dos Santos; Edgar Severino de Oliveira e Jackson Martins de Abreu.

Ocorre que, malgrado tenha havido a apuração das alegadas irregularidades, a Comissão em epígrafe não executou suas conclusões pela anulação das candidaturas supracitadas, nem tampouco promoveu o afastamento

dos Conselheiros impugnados, já que haviam sido empossados desde 16/07/2016, data anterior aos requerimentos. **Da mesma forma não o fez o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão competente para apuração das irregularidades realizadas durante o processo de escolha, segundo depreendemos do art. 11 e §§ da Resolução n° 170 do Conanda.**

Dessa forma, ainda que apuradas as irregularidades, não em razão da função de Conselheiro, mas por vícios decorrentes da própria candidatura dos atuais Conselheiros supracitados, em geral, por declarações que não se demonstraram verdadeiras, segundo comissão competente, tais Conselheiros não teriam capacidade demonstrada para seguir na função, tão cara à sociedade.

Eis a razão para que o próprio ECA tenha se preocupado em estabelecer minimamente os requisitos para os candidatos à Conselheiros. A Lei n° 8.069/90, no art. 133 e incisos preconizam três requisitos mínimos e a Resolução n° 170 do CONANDA, no art. 12, §2º, complementa o arcabouço com requisitos adicionais, dentre eles, a comprovação de experiência anterior na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Portanto, são requisitos essenciais que devem ser comprovados para a habilitação do interessado como candidato à vaga de Conselheiro Tutelar. Durante o processo de escolha desenvolvido pelo CMDDCA, segundo determinação da Lei n° 8.069/90 (art. 139, caput), e de sua responsabilidade, delegando-a a comissão específica, estabelecida e com atribuições definidas pela resolução regulamentadora do processo de escolha (Resolução n° 30/2015, de 23 de dezembro de 2015), realizar o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, assim como analisar os pedidos de registro de candidatura, na forma do que dispõe o §2º do art. 11 da Resolução n° 170 do Conanda.

Segundo determinação da Resolução n° 30/2015, a análise documental dos candidatos ficaria a cargo da dita comissão eleitoral, que decidiria a respeito no prazo regular.

No entanto, nenhum dos requerimentos em análise foram interpostos no prazo regular 05 (cinco) dias - §2º do art. 11 da Resolução nº 170 do Conanda, apenas sendo dirigido ao órgão competente em prazo posterior, tão a frente, que os então candidatos já estavam em posse da função de Conselheiro Tutelar.

Nesse contexto é que designou-se nova comissão eleitoral, por meio da Resolução nº 13/2016, apenas com o intuito de apurar as irregularidades denunciadas por meio de requerimentos intempestivos, considerando o prazo estatuído na Resolução nº 170 do Conanda.

Porém, a Resolução nº 30/2015 do CMDDCA, diante de sua competência para reger as normas do processo de escolha estatuiu dentre as suas cláusulas, a previsão de que anular-se-ia, sumariamente, a qualquer tempo, a inscrição e todos os atos dela decorrentes, se o pré-candidato não comprovasse as condições estabelecidas no Edital, quando fosse exigido pelo CMDDCA-JG.

Em interpretação ao disposto, tem-se que a competência da comissão eleitoral, ou em sua ausência, do CMDDCA ou órgão especial com designação delegada por este, manteria a competência para analisar e decidir acerca da inscrição dos candidatos e atos ulteriores a este vinculados, inclusive com poder de anular sumariamente o ato de inscrição e posse, desde que as condições apresentadas por meio de documentos no momento da inscrição não fossem comprovadas, a qualquer tempo, registre-se.

Portanto, a competência da comissão eleitoral ou do CMDDCA seria em razão da matéria, qual seja, nulidade de inscrição de candidatos em razão de não comprovação de condições inseridas como pré-requisitos para habilitação. Como boa parte dos requisitos previstos pela legislação exigem a comprovação por meio de simples declarações, de difícil averiguação em razão do colossal número de candidatos e da própria dificuldade em se comprovar documentalmente algumas exigências, além do prazo exíguo para apresentação

de impugnações de terceiros (05 dias), houve por bem inserir uma disposição nesse sentido buscando suprir lacuna sobre a matéria nas legislações infralegais (art. 11, §6º da Resolução nº 170 do Conanda).

Desta forma, resguardar-se-ia a competência do CMDDCA para analisar e decidir acerca de questionamentos feitos em razão do processo de escolha, como assim determina a legislação, e, ao mesmo tempo, conceder-se-ia aos interessados e munícipes, a oportunidade de impugnar documentos essenciais à própria condição de habilitado para o Conselho. Sem tal oportunidade, correr-se-ia o risco de consolidar situações insustentáveis diante de pessoas sem a habilitação adequada para relevante função de Conselheiro.

Dito isto, questiona a Secretaria Executiva de Assistência Social quem deteria a competência para promover a anulação da inscrição dos Conselheiros Tutelares, em conformidade com os Pareceres nº (s) 09/2016; 11/2016; 13/2016 e 16/2016, haja vista que, apesar das conclusões pela nulidade da inscrição, efetivamente nada foi feito em relação ao afastamento destes conselheiros.

Em apoio ao já exposto, entendemos que a competência para aplicar a sanção de destituição do mandato de Conselheiro Tutelar, no específico caso de irregularidade em razão de condição exigida no processo de habilitação do Conselheiro, enquanto candidato, por infração aos requisitos essenciais para sua candidatura, é do CMDDCA, por expressa disposição do item 7.4. da Resolução Municipal nº 30/2015 c/c art. 11 e seguintes da Resolução nº 170 do Conanda.

Não se está a falar aqui em infração cometida em razão da função de Conselheiro, mas em irregularidade perpetrada como meio de burlar exigências na habilitação do interessado, na condição de pré-candidato. Tendo em conta que o disposto no item 7.4. prevê, inclusive, a anulação dos atos decorrentes da inscrição, tem-se que a competência para aplicar a sanção de nulidade estende-se ao ato de posse, assim como também a providência para o afastamento daí decorrente.

Quanto à viabilidade de afastamento liminar dos conselheiros pela titular da Secretaria Executiva de Assistência Social, vide esvaziamento de membros do atual CMDDCA, em razão de renúncias, exonerações e demais causas, temos que, caso o afastamento do servidor se dê exclusivamente em razão de condutas verificadas em momento anterior ao pleito, apenas o CMDDCA ou comissão regular tem a competência para aplicar tal penalidade, haja vista que não se trataria de penalidade aplicada em razão da função de Conselheiro, por infrações cometidas durante o mandato.

Todavia, não vislumbramos óbice à que a Secretaria proceda com abertura de procedimento administrativo para apuração do descumprimento das atribuições do Conselheiro ou de conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade, oportunizando contraditório, tendo em conta de que a irregularidade deflagrada ao tempo da inscrição do processo de escolha ecoa sobre os tempos atuais, atuando como em uma irregularidade permanente, pois aqui não se está a falar em mera infração formal ou de vício sujeito à convalidação, mas de vício que contamina desde a inscrição do referido candidato, sua posse, e, mais gravoso, sua própria atuação no múnus público, o qual exige condições inafastáveis pelo administrador.

Considerando que a Resolução n° 170 do Conanda prevê a possibilidade de afastamento liminar do Conselheiro até a conclusão da investigação, a depender da gravidade da conduta ou para garantia do sucesso da instrução do procedimento disciplinar (parágrafo único do art. 46), entendemos que tal providência pode ser tomada pela Secretaria, desde que abra novel procedimento conduzido pela Comissão de Sindicância do Poder Executivo, responsável pela apuração e aplicação de penalidade aos servidores em geral, tal como determina o art. 47 e §§ da Resolução n° 170 do Conanda, na ausência de regime disciplinar próprio local aplicável aos membros do Conselho Tutelar.

No entanto, para o dado caso em tela, em razão das investigações e conclusões dos pareceres de lavra da comissão especial, não afiguramos possível o imediato afastamento, haja vista que o processo

investigativo já fora concluído, como podemos observar da consulta e documentos anexos, e, com alhures dito, a investigação e apuração da irregularidade se pautou sobre fato exclusivamente atinente a documento previsto como pré-requisito à habilitação de candidato, não abarcando qualquer infração disciplinar em razão da função, além de ter sido conduzido por comissão especial formada para tal fim, justamente em razão de sua competência restrita.

Como se percebe, a dificuldade na aplicação da nulidade da inscrição das candidaturas nos parece advir essencialmente do esvaziamento momentâneo do CMDDCA sobre múltiplas razões. Neste caso, para a Edilidade restariam apenas opções a serem avaliadas pelo gestor da pasta executiva: 1 – abrir procedimento autônomo, mediante aplicação de regime disciplinar dos servidores em geral, com viabilidade de afastamento imediato (após abertura do processo e justificativa), autorizado pelo parágrafo único do art. 46 da Resolução nº 170 do Conanda, em razão de conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade, mediante pleito (art. 46, caput) e a subsequente convocação pelo Executivo (secretaria) dos suplentes para assunção da função, em obediência ao que estatui o art. 16 da Resolução nº 170 do Conanda ou 2 – aguardar e agilizar, no que estiver ao seu alcance, a formação do CMDDCA em sua integralidade, de forma a respeitar a competência reservada ao dado órgão para aplicar a nulidade, de acordo com as conclusões dos pareceres aludidos na consulta”.

Ante toda a fundamentação supra exposta através do parecer exarado na NOTA INTERNA nº 59/2017 da Procuradoria-Geral do Município de Jaboatão dos Guararapes, tem-se como órgão competente para a instauração e prosseguimento do presente procedimento administrativo o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDDCA.

II – DA ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA PROVA PRODUZIDA EM VISITA À INSTITUIÇÃO

O acusado questiona a legalidade da visita realizada pela Comissão constituída pela Resolução 013/2016 à Associação dos Moradores do Curado IV.

Alega, em suma, a ocorrência nulidade sob o argumento de aplicação subsidiária da Lei federal 9.784/99, que regula o processo administrativo federal, diante de lacuna normativa municipal, vez que seu art. 41 determina que: *“Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização”*.

Tal conduta da comissão teria ofendido o princípio do contraditório, vez que realizado sem o conhecimento da defesa.

A condução de um processo administrativo, de fato, deve se pautar pelo princípio da legalidade, de modo que em face de lacuna normativa municipal, deve o operador do direito se valer por analogia de outros atos normativos, seja em âmbito estadual, seja federal. No presente caso verifica-se que a produção probatória deveria sim ter seguido os trâmites preconizados pela legislação municipal, e, em caso de lacuna, da legislação estadual e federal. Uma vez constatado algum vício que porventura macule tal procedimento, é devida sua reparação por força do Princípio da Autotutela dos Atos Administrativos, que encontra fundamento legal no art. 53 da Lei nº 9.784/99.

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

O princípio da autotutela administrativa representa que a Administração Pública tem o poder-dever de controlar seus próprios atos, revendo-os e anulando-os quando houverem sido praticados com alguma

ilegalidade. Dessa forma, a autotutela funda-se no princípio da legalidade administrativa: se a Administração Pública só pode agir dentro da legalidade, é de se considerar que os atos administrativos eivados de ilegalidade devem ser revistos e anulados, sob pena de afronta ao ordenamento jurídico.

Neste sentido, é a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

A autotutela envolve dois aspectos quanto à atuação administrativa: 1) aspectos de legalidade, em relação aos quais a Administração, de ofício, procede à revisão de atos ilegais; e 2) aspectos de mérito, em que reexamina atos anteriores quanto à conveniência e oportunidade de sua manutenção ou desfazimento.

Assim sendo, a autotutela abrange o poder de anular, convalidar e, ainda, o poder de revogar atos administrativos.

Diante dos argumentos suscitados, a presente Comissão termina por acatar a preliminar de nulidade da prova produzida, tendo em vista que realizada ao arrepio da lei, em completa desconformidade com o princípio da legalidade, bem como do contraditório e ampla defesa.

III – DA ANÁLISE DOS FATOS: DA ALEGADA VERACIDADE E VALIDADE DA DECLARAÇÃO

A Defesa alega, em suma, que:

- a) Em que pese o procedimento administrativo conduzido pela Comissão constituída pela Resolução 13/2016 tenha sido eivado de diversos vícios, ainda assim é pertinente trazer à colação o que assevera o relatório dela resultante: “Na oportunidade recebidos pelo senhor Marcos Antônio Cardoso Lins, tesoureiro, este asseverou que a Associação emitiu

realmente uma declaração ao Sr. Jackson, e que este realizou atividades esportivas e palestras direcionadas a crianças e adolescentes”;

- b) Anexa declaração do presidente da Associação dos Moradores do Curado IV, senhor Cleonaldo Assis de Oliveira Filho, em que o mesmo já declarava o Sr. Jackson prestava serviços voluntários com crianças e adolescentes em situação de risco;
- c) Anexa, ainda, a declaração firmada pelo Presidente e mais 02 diretores da Associação de Moradores do Curado IV, ratificando declarações anteriores e as atividades prestadas pelo acusado na promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Após análise minuciosa dos argumentos expostos na peça acusatória e defensiva, bem como das provas anexas, esta Comissão entende que razão assiste à DEFESA, devendo ser julgada improcedente a denúncia.

De início, cumpre registrar que a denúncia formulada pelo Sr. SAMUEL JOSÉ TAVARES DE OLIVEIRA é totalmente genérica e despicienda de mínimo lastro probatório.

A persecução punitiva por parte do Estado, seja ela no âmbito criminal ou administrativo, não pode ser iniciada sem que haja algum indício de prática de infração. Assim é o que ocorre no presente caso.

Observa-se que anteriormente ao procedimento conduzido pela Comissão constituída pela Resolução 013/2016, já havia um ato homologatório praticado pela Comissão Eleitoral que havia ratificado a procedência de toda a documentação apresentada pelo Sr. Jackson. Tal ato administrativo passou a gozar de presunção de legalidade e veracidade, de modo que apenas em caso de

haver algum indício que pudesse abalar esta presunção é que se poderia instaurar um processo administrativo.

Não é o que se verificou no presente caso. A Denúncia formulada pelo Sr. Samuel se resumiu a informar o seguinte:

“O candidato acima citado apresentou declaração de instituição, onde o mesmo, segundo relatos a serem averiguados, não desenvolveu atividades nos eixos citados, desta forma, descumpre o que pede a resolução 170 do CONANDA e o edital deste processo de escolha para Conselheiro Tutelar de Jaboatão dos Guararapes”.

Não há qualquer informação sobre lastro probatório ou indício que justificasse a instauração de um processo administrativo com base em tais argumentos. Apesar de já dito, reitere-se: a Comissão eleitoral homologou a declaração de experiência, ato administrativo este que goza de presunção de legalidade e veracidade.

Isto posto, resta indubitável que o procedimento Comissão constituída pela Resolução nº 013/2016 foi conduzido de forma insatisfatório, não havendo mínimo lastro probatório ou menor indício que justifique a instauração de processo administrativo em face ao Sr. Jackson, havendo, por outro lado, ato administrativo homologatório promovido pela Comissão Eleitoral ratificando toda a documentação apresentada, e que possui presunção de legalidade e veracidade.

Como se não bastasse, a parte denunciada ainda logrou êxito em comprovar inquestionável sua experiência através da apresentação de declarações das instituições em que atuou.

Isto posto, resta indubitável que o Sr. Jackson de fato exerceu as atividades consubstancializam sua experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, de modo a não merecer guarida os argumentos expostos na peça acusatória.

3. DA DECISÃO

De início, a presente Comissão decide pela rejeição das preliminares arguidas, pelos motivos supra expostos.

Em seguida, após detida análise das provas dos autos, resta indubitável que o Sr. Jackson de fato exerceu as atividades que ratificam a experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, de modo a não merecer guarida os argumentos expostos na peça acusatória de que o denunciado apresentara falsa declaração da Instituição com o fim de comprovar tal experiência.

Em virtude do farto rol probatório e pelos motivos supra expostos, a Comissão decide pelo **IMPROCEDÊNCIA TOTAL DA DENÚNCIA**, com a consequente **absolvição em face dos fatos expostos na peça acusatória**, com base nos poderes que lhe são conferidos pela Resolução nº 16/2017, bem como com espeque no item 7.4 da Resolução Municipal nº 30/2015 c/c art. 11 e seguintes da Resolução nº 170 do CONANDA.

Em seguida, a presente Comissão encaminha esta decisão final para a notificação do Conselheiro Tutelar **JACKSON MARTINS DE ABREU** para que o mesmo tome a ciência devida.

Isto posto, ciente do fiel cumprimento do seu dever e das suas atribuições de maneira absolutamente isenta e com dedicação, submete a presente decisão ao Pleno do CMDDCA, a fim de que seja homologada e publicada, agradecendo a honra que foi atribuída aos membros desta Comissão.

Jaboatão dos Guararapes, 19 de Fevereiro de 2018.

Maria Gilvaneide Burégio Maranhão

Presidente da Comissão instituída pela Resolução 16/2017

Anabelley Albuquerque Carvalho

Membro da Comissão instituída pela Resolução 16/2017

Jussara Guimarães dos Santos Pellegrino

Membro da Comissão instituída pela Resolução 16/2017

Moises Gomes dos Santos

Membro da Comissão instituída pela Resolução 16/2017